

Cartas pedem separação da Constituinte do Congresso

BRASILIA — Nas dezenas de cartas da população que chegam a cada semana, a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais vem recebendo numerosos protestos contra a forma proposta pelo Executivo para convocação da Constituinte. Em cartas dirigidas ao Presidente José Sarney, ao Ministro da Justiça, Fernando Lyra, ou à própria Secretaria-Executiva da Comissão, entidades e cidadãos pedem que o Presidente reavalie seu projeto de convocação, tornando a Constituinte independente do Congresso.

Este, por exemplo, é o texto de quase cem cartas padronizadas de Uberaba (MG), impressas no envelope-carta dos Correios: "é impossível que Deputados e Senadores desempenhem suas atividades congressuais e, ao mesmo tempo, participem com eficiência da elaboração da nova Constituição. Prova disso é que, atualmente, com tempo integral, existem centenas de projetos encaixados no Congresso".

O Conselho de Leigos da Diocese de Pelotas (RS) também enviou longa moção de repúdio ao artigo primeiro da proposta de emenda de

convocação, que transforma o Congresso em Constituinte. Também partilha da mesma opinião o Comitê Mundial Pró-Constituinte de Criciúma (SC), que acrescenta argumentos a favor das candidaturas avulsas e contra a propaganda eleitoral paga. Lúcia de Azevedo Gouveia, de São Paulo, quer "a convocação de uma Assembléia Constituinte verdadeira, sem vícios anteriores, com representantes de cada sexo, religião, profissão e cor".

Além de propostas de ordem política, a Comissão vem recebendo os mais variados tipos de sugestões. O advogado Pedro Rodrigues Pedrosa, de Fortaleza, sugere a adoção de medidas legais para coibir a atuação de "crenças religiosas ou de convicção filosófica ou política que contrariem a ordem pública e os bons costumes", numa referência à TFP.

Mais original é a proposta da professora Mafalda de Jesus Gerbelim, de Jundiá (SP), pedindo que a Constituinte restaure a antiga disciplina nas escolas pública. Segundo a professora, os alunos praticam todo o tipo de vandalismo.

Chefe do Emfa defende candidaturas partidárias e condena as avulsas

FORTALEZA — O Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, José Maria do Amaral, defendeu ontem a indicação de candidatos à Constituinte pelos partidos, ao manifestar-se contra candidaturas avulsas.

— Os partidos políticos devem ser os grandes regentes da Constituição — disse.

Amaral acha que o Governo deve se empenhar no desenvolvimento do

País, para que se possa pagar a dívida externa, e considerou a reabertura de inquéritos, como o do Riocentro e o do caso Baumgarten, "um problema puramente do Judiciário".

— Se o Judiciário considerar que há necessidade, razões e motivos para reabrir qualquer inquérito, tem todo o direito de fazê-lo, pois é um poder independente — afirmou.